



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005632-83.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário**
 Requerente: **Silvana Gomes Martins da Silva**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

SILVANA GOMES MARTINS DE SILVA ajuizou ação de **ACIDENTE DO TRABALHO** contra o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, alegando, em resumo, que sofreu acidente do trabalho mas, por equívoco, foi-lhe concedido auxílio-doença. O benefício cessou sem que fosse analisada a possibilidade de concessão de auxílio-acidente. Explica que enfrente limitação funcional, estando impossibilitada de desempenhar suas atividades e pleiteia a concessão do auxílio-acidente.

O acionado apresentou defesa, rebatendo a pretensão inicial. Aduz que a autora não preenche os requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado. Impugnou, ainda, os valores pretendidos.

1005632-83.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Foi realizada a prova pericial, com oportunidade de manifestação às partes.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Desnecessária a produção de outras provas.

Trata-se de ação na qual a autora pleiteia a concessão de auxílio-acidente. Explica que sofreu acidente do trabalho mas, por equívoco, foi-lhe concedido auxílio-doença. Ostenta sequelas e redução de sua capacidade laborativa.

Dispõe o artigos 86, da Lei 8.213/91:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

Como se vê, a autora demonstrou que preenche os requisitos necessário para a concessão do auxílio-acidente.

Não há controvérsia sobre sua condição de segurado e não se cogita de período de carência.

A controvérsia delineada pela defesa do ente previdenciário restringe-se à capacidade laborativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A prova pericial elaborada concluiu que a autora é "*portadora de lesão crônica em ombro direito (processo degenerativo acrômio clavicular/tendinose/bursite) Etiologia multifatorial. Já submetida a tratamento clínico/cirúrgico/fisioterápico com resolução parcial do processo patológico. Há na presente data redução funcional do ombro direito em + ou - 50". A vida laboral da autora por ter sido fator contributivo para as alterações ocorridas nestas articulação (ombro direito)*" (pág. 107).

Acrescenta, também, que há redução da capacidade laborativa e acena para a existência de nexo de causalidade entre a lesão e as tarefas da autora. A autora narrou ao expert que não houve a Comunicação do Acidente do Trabalho – CAT, mas as lesões, tratamento e cirurgias mencionadas guardam, inegavelmente, consonância com o evento descrito.

Pertinente relembrar que o nexo causal, direto e exclusivo, entre a sequela e a função, é prescindível diante de determinadas condições de trabalho, que agem no agravamento do processo degenerativo.

Infere-se, portanto, que a autora ostenta redução de sua capacidade de trabalho para o trabalho que antes exercia. Tem-se que preenche os requisitos para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente.

E o benefício há de ter seu termo inicial desde a época da cessação do auxílio doença, *ex vi lege* (art.86, § 2º, da Lei 8.213/91), com valor de 50% do salário de benefício.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

"ACIDENTÁRIO – AUXÍLIO-ACIDENTE - Perda parcial e permanente da capacidade laborativa em decorrência de acidente típico, conforme reconhecido pela perícia a que se submeteu o obreiro. Benefício devido.

ACIDENTÁRIO – AUXÍLIO -ACIDENTE. Termo "a quo" de pagamento do benefício. Tendo havido prévio deferimento administrativo de auxílio-doença, deve o benefício ser pago desde a indevida alta médica, nos termos do artigo 86, § 2º, da Lei 8.213/1991)" (Reexame Necessário 1028258-82.2016.8.26.0053, da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Relator Desembargador Núncio Tehophilo Neto, j., 0-8.05.2018, v.u.).

"ACIDENTÁRIA – Separador – fratura de quadril e fêmur esquerdo, lesão abdominal – Nexo causal reconhecido – Redução parcial e permanente da capacidade laborativa configurada - Auxílio acidente devido a partir do dia subsequente ao da cessação do benefício de auxílio-doença acidentário / última alta médica - Valores em atraso que devem ser atualizados na forma do art. 41, da Lei nº 8.213/91 - incidência do IPCA-E a partir da elaboração da conta de liquidação - Juros de mora devidos desde a citação, de forma englobada sobre o montante até aí apurado e, depois, mês a mês, de forma decrescente - Aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, todavia, apenas no que tange aos juros, em face do resultado do julgamento da ADI nº 4.357 pelo STF - Questão relativa ao termo final dos juros relegada para fase de execução - Autarquia condenada em honorários advocatícios, com apuração do valor devido relegada somente para a fase da efetiva liquidação do julgado, conforme artigo 85, §§ 3º e 4º, II, do Código de Processo Civil de 2015 - Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição – Recurso autárquico desprovido, provido, em parte o recurso oficial" (Apelação 1057079-96.2016.8.26.0053, da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador João Antunes dos Santos Neto, j., 08.08.2017, v.u.).

"ACIDENTÁRIA – Mecânico de manutenção – Lesões na coluna lombar – Nexo concausal reconhecido – Redução parcial e permanente da capacidade laborativa – Conversão do auxílio-doença previdenciário em seu homônimo acidentário, sem vantagem pecuniária – Auxílio-acidente devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença - Valores em atraso que devem ser atualizados mês a mês – Incidência do IPCA-E a partir da elaboração da conta de liquidação - Juros de mora devidos desde a citação, de forma englobada sobre o montante até aí apurado e, depois, mês a mês, de modo decrescente - Aplicação do art. 5º da Lei nº 11.960/09, porém apenas no que concerne aos juros, ante o resultado do julgamento da ADI nº 4.357 pelo STF - Honorários advocatícios fixados segundo a orientação da Súmula nº 111 do STJ - Apelo autárquico desprovido, provido em parte o recurso oficial" (Apelação 0003861-94.2013.8.26.0565, da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Cyro Bonilha, j., 27.06.2017, v.u.).

"APELAÇÃO CÍVEL - Acidentária - Lesão na coluna do obreiro - Concessão de "auxílio-acidente" - Admissibilidade - Incapacidade parcial e permanente e nexos causais atestados em perícia médica - Relação de causalidade ainda admitida pela própria autarquia - Conversão do auxílio doença previdenciário em seu homônimo acidentário - Admissibilidade - Ação julgada procedente - Recurso do INSS e reexame necessário - Juros de mora e correção monetária a serem aplicados de acordo com a conclusão da modulação dos efeitos da inconstitucionalidade da EC nº 62/09 realizadas pelo Col. STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425 - Apelo do réu não provido, provido, em parte, o outro recurso"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(Apelação Cível 1003391-41.2016.8.26.0565, da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Aldemar Silva, j., 20.06.2017, v.u.).

"Auxílio-acidente - Lombociatalgia - Laudo pericial dando conta da incapacidade parcial e permanente - Nexo concausal devidamente comprovado - Direito ao benefício corretamente reconhecido.

Termo inicial a partir do dia posterior à cessação do auxílio-doença - Juros moratórios e correção monetária - Incidência da Lei 11.960/09, a partir da sua vigência, observando-se contudo, o decidido pelo STF nas ADIs nº 4.357, 4.372 e 4.425, e da Repercussão Geral nº 810 - Honorários advocatícios que serão arbitrados na fase de liquidação. Reexame necessário provido em parte; apelação da autarquia improvida" (Apelação/Reexame Necessário 1022451-81.2016.8.26.0053, da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Afonso Celso da Silva, j., 30.05.2017, v.u.).

Registre-se que o documento de pág.63 aponta que o auxílio-doença cessou em 14.02.2017, data que há de prevalecer como termo *a quo* para o benefício ora reconhecido.

Quanto às parcelas vencidas e vincendas, até eventual liquidação, há de seguir-se o entendimento firmado pela E. Superior Instância, nesse sentido:

"Para direcionar a futura execução, os valores em atraso, decorrentes do benefício ora deferido, serão corrigidos monetariamente pelo IPCA-E antes e após a aprovação da conta de liquidação, afastada a aplicação da Taxa Referencial - TR, em razão dos julgamentos da ADI 4.357 e do Tema 810 da repercussão geral pelo C. Supremo Tribunal Federal, que expressamente declarou a inconstitucionalidade da adoção do rendimento da caderneta de poupança como critério de atualização monetária dos débitos a serem adimplidos pela Fazenda Pública.

Os juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcelas em atraso de forma englobada até a citação e, a partir daí, mês a mês de modo decrescente, à base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina da Lei 11.960/09) (porque não alterado neste aspecto em sede de referida ADI).

A conta a ser elaborada deverá seguir a forma da Lei nº 8.213/91, ou seja, com cálculo mês a mês de cada parcela devida, partindo-se da renda mensal inicial devidamente reajustada pelos índices de manutenção no decorrer do tempo" (Apelação/Reexame Necessário 1004930-89.2017.8.26.0053, da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Nazir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

David Milano Filho, j., 19.06.2018, v.u.).

Em suma, impõe-se o acolhimento do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial apresentado por **SILVANA GOMES MARTINS DA SILVA** contra o **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**, para condenar o acionado o conceder, em benefício da autora, o auxílio acidente, que é devido desde a cessação do auxílio doença (pág. 63), e ao pagamento dos valores em atraso, nos termos da fundamentação. Sucumbente, responderá o acionado pelo pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o total das prestações vencidas até a sentença (Súmula 111, do Superior Tribunal de Justiça). Expeça-se, desde já, mandado de levantamento judicial dos honorários periciais, em favor do perito nomeado nos autos, observando-se o comprovante de depósito judicial de pag. 87. Decorrido o prazo para eventual recurso das partes, encaminhem-se os autos à Egrégia Superior Instância, para apreciação do recurso *ex officio* (Súmula 490, do Superior Tribunal de Justiça).

P.R.I.

Araraquara, 19 de julho de 2018.

João Roberto Casali da Silva
Juiz de Direito
- assinado digitalmente -

Autora : Silvana Gomes Martins da Silva (nasc. 10.07.1964).

CPF. 099.020.638-61 – RG. 19.598.188-1.

NIT. 1.080.440.425-6

Auxílio-Acidente - 50%, a partir da cessação do benefício anterior (14.02.2017).

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**